





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/198.414-6	MGN2348791069	12/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
043.026.287-66	FERNANDA FREITAS CANEDO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



**1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**  
**CNPJ/MF: 48.683.237/0001-40**  
**NIRE 31213625771**

**FERNANDA FREITAS CANEDO**, brasileira, casada, nutricionista, nascida aos 05/02/1975, portadora da Carteira de Identidade n.º M-7.382.509 expedida pela SSP/MG e CPF/MF n.º 043.026.287-66, residente e domiciliada na Rua Washigton Luiz, nº 821, Bloco 9, Apto 204, Bairro Centro, Petropolis/RJ, CEP: 25.655-007 e

**ANTONIO FRANCISCO NETO**, brasileiro, separado judicialmente, médico, nascido aos 08/05/1957, portador da Carteira de Identidade n.º MG-994.150 expedida pela SSP/MG e CPF/MF n.º 331.189.226-72, residente e domiciliado na Rua Sebastião Abrantes, nº 125, Apto 201, Bairro Centro, Muriaé/MG, CEP: 36.880-000.

Únicos componentes da sociedade denominada “**NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**”, com sede na Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 183, Lj A, Bairro Barra, Muriaé/MG, CEP: 36.884-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.683.237/0001-40, devidamente registrada pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 31213625771, em 22/11/2022, resolvem que a partir desta data, seu contrato social que se regerá pelo Novo Código Civil Brasileiro mediante as cláusulas e condições seguintes:

**MODIFICAÇÕES:**

**I - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:**

A partir desta data a sociedade passa a ser administrada pelos sócios **FERNANDA FREITAS CANEDO** e **ANTONIO FRANCISCO NETO**, acima qualificados, no preâmbulo deste instrumento. **Caberá aos administradores, assinando sempre em conjunto, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração desta sociedade**, que representará a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, ficando dispensado de caução; e ainda com poderes e atribuições para, representá-la perante terceiros, bem como praticar todos os atos relacionados com o objeto da sociedade, podendo inclusive abrir filiais, assinar cheques, abrir contas em banco, solicitar limites de créditos, repartições públicas, estaduais, federais, municipais, admitir e demitir empregados, autorizar o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações em favor de qualquer dos cotistas, ou de **terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, configurando-se justa causa para efeito de exclusão do sócio nos termos do art. 1.085 do Código Civil Brasileiro.**

**Parágrafo Primeiro:** Os administradores, obrigatoriamente, ao final de cada exercício social, apresentarão o inventário, balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico para aprovação dos sócios.

**Parágrafo Segundo:** Em caso de incapacidade laboral transitória ou permanente de um dos sócios, este será afastado da administração, fazendo jus ao recebimento de lucros e dividendos porventura existentes. Diante do afastamento do sócio, o sócio remanescente exercerá a administração isoladamente.



## CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

### **CLÁUSULA I - DA NATUREZA E DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A sociedade continua sendo de natureza EMPRESÁRIA, sob a forma limitada, com o nome empresarial de “NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA” e nome fantasia “NEW NUTRI”.

### **CLÁUSULA II - DA SEDE**

A sociedade continua sediada na com sede na Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 183, Lj A, Bairro Barra, Muriaé/MG, CEP: 36.884-004.

### **CLÁUSULA III - DO INÍCIO E PRAZO DE DURAÇÃO**

A sociedade iniciou suas atividades em 22/11/2022 e o prazo de duração é indeterminado.

### **CLÁUSULA IV – DO OBJETO SOCIAL**

O objeto social da empresa continua sendo: Comércio varejista de produtos alimentícios, comércio varejista especializado em produtos alimentícios, comércio atacadista de produtos alimentícios, comércio atacadista especializado em produtos alimentícios.

### **CLÁUSULA V - DO CAPITAL SOCIAL**

O capital social continua sendo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país, assim distribuídos entre os sócios:

SÓCIOS	Nº COTAS	VALOR R\$	%
FERNANDA FREITAS CANEDO	50.000	R\$ 50.000,00	50%
ANTONIO FRANCISCO NETO	50.000	R\$ 50.000,00	50%
<b>TOTAL</b>	<b>100.000</b>	<b>R\$ 100.000,00</b>	<b>100%</b>

### **CLÁUSULA VI - DA RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS E REGÊNCIA LEGAL**

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro aprovado pela Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

**Parágrafo Único** – A sociedade será regida pelas leis brasileiras em vigor, *em especial pelo disposto no Código Civil Brasileiro (Lei 10.406 de 10/01/2002)*, sendo aplicado nos casos omissos e/ou divergentes, *sempre que possível e cabível a Lei 6.404 de 28/12/1976, alterada pela Lei 11.638 de 28/12/2007.* (art. 1.052. CC/2002)

### **CLÁUSULA VII - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

A sociedade é administrada pelos sócios **FERNANDA FREITAS CANEDO** e **ANTONIO FRANCISCO NETO**, acima qualificados, no preâmbulo deste instrumento. **Caberá aos administradores, assinando sempre em conjunto, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração desta sociedade**, que representará a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, ficando dispensado de caução; e ainda com poderes e atribuições para, representá-la perante terceiros, bem como praticar todos os atos relacionados com o objeto da sociedade, podendo inclusive abrir filiais, assinar cheques, abrir contas em banco, solicitar limites de créditos, repartições públicas, estaduais, federais, municipais, admitir e



demitir empregados, autorizar o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações em favor de qualquer dos cotistas, ou de **terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, configurando-se justa causa para efeito de exclusão do sócio nos termos do art. 1.085 do Código Civil Brasileiro.**

**Parágrafo Primeiro:** Os administradores, obrigatoriamente, ao final de cada exercício social, apresentarão o inventário, balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico para aprovação dos sócios.

**Parágrafo Segundo:** Em caso de incapacidade laboral transitória ou permanente de um dos sócios, este será afastado da administração, fazendo jus ao recebimento de lucros e dividendos porventura existentes. Diante do afastamento do sócio, o sócio remanescente exercerá a administração isoladamente. (artigos 997, VI; 1.013, 1.015, 1.064 CC/2002).

#### **CLÁUSULA VIII - RETIRADA PRO LABORE**

Os sócios e/ou administradores não sócios que prestarem serviços à Sociedade poderão fazer jus a uma remuneração mensal, a título de “pró-labore”, de forma individual, proporcional aos serviços prestados, que será fixada por deliberação dos sócios cotistas.

**Parágrafo Primeiro:** Na hipótese de incapacidade civil ou laboral de um dos sócios, a remuneração do sócio-administrador não deverá ser inferior a 12 salários-mínimos e nem superior a 16 salários-mínimos.

#### **CLÁUSULA IX - DAS FILIAIS**

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

#### **CLÁUSULA X - DO CONSELHO FISCAL**

A sociedade poderá instituir Conselho Fiscal a qualquer tempo, composto de três membros efetivos e suplentes, sócios ou não, vedada a participação de administradores, eleitos e destituídos pela reunião ou assembleia de sócios.

#### **CLÁUSULA XI - DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião quando o número de sócios for até 10 (dez) e em assembleia quando o número de sócios for superior a 10 (dez), nos termos dos artigos 1.071 a 1.080 da Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

**Parágrafo Primeiro:** Além de outras matérias indicadas em Lei ou no Contrato Social, os sócios devem deliberar sobre: **I** – aprovar as contas dos administradores, até o último dia do quarto mês, subsequente ao término do exercício social; **II** – designar administradores em ato separado do presente contrato social; **III** – destituição de administradores; **IV** – fixar a remuneração dos administradores não sócios e o teto máximo de pró-labore a ser pago ao sócio administrador para cada exercício fiscal e ano calendário; **V** - modificação do contrato social; **VI** – incorporação, fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade, ou ainda a cessação do estado de liquidação; **VII** – nomeação e destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas; **VIII** – pedido de concordata e/ou recuperação judicial; **IX** – alienação de bens imóveis e fundo de comércio, fianças e avais; **X** – eleição, destituição, fixação de remuneração e prazo de mandato de membros do conselho fiscal; **XI** – outros assuntos de interesse social.

**Parágrafo Segundo:** Em caso de incapacidade civil ou laboral de Fernanda Freitas Canêdo e Antônio Francisco Neto, os sócios convencionam que serão representados, apenas para fins de deliberações sociais e independente de curatela, exclusivamente pelos Senhores Fernando Augusto Canêdo Teixeira, CPF nº



094.740.876-28, residente em Rua Samuel Pereira, 26, apto. 1602, Belo Horizonte/MG, e Gabriela Gouvêa Neto, CPF nº 080.479.146-50 residente a Rua Belmiro Braga, 280, apto 802. Alto dos Passos, Juiz de Fora, respectivamente.

**Parágrafo Terceiro** As decisões dos sócios tomadas em reunião ou em assembléia, inseridas no parágrafo primeiro desta cláusula, deverão observar o quórum seguinte: I – nos incisos V e VI, pelos votos correspondentes a, no mínimo, três quartos do capital social; II – nos incisos II, III, IV e VIII, pelos votos correspondentes a, no mínimo, a mais da metade do capital social; III – nos demais incisos, pela maioria dos votos dos presentes, salvo os casos previstos em Lei ou no contrato, se estes exigirem maioria mais elevada.

**Parágrafo Quarto:** A convocação dos sócios para reunião ou assembléia serão feitas na imprensa do local da matriz, com antecedência mínima de oito dias, a pedido dos administradores, de sócio e do conselho fiscal, se houver, sendo: I – a convocação pela imprensa poderá ser dispensada com presença de todos os sócios à reunião ou assembléia, ou quando estes declararem por escrito que têm conhecimento do local, data, hora e ordem do dia; II – a reunião ou assembléia instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares detentores de três quartos do capital social e, em Segunda, com qualquer número; III – o sócio pode ser representado por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados; IV – a reunião ou assembléia será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes.

**Parágrafo Quinto:** A sociedade poderá, mediante deliberação social através de reunião ou assembléia que represente mais de 50% do capital social, determinar a exclusão de sócio por justa causa nos termos dos artigos 1.085 a 1.086 da Lei 10.406 de Janeiro de 2002. I – entende-se por justa causa, a prática de atos lesivos a terceiros, como emissão de cheques sem a devida provisão, inadimplência pessoal, conduta inadequada no meio social e ainda, em mora com a sociedade na integralização de capital ou qualquer outro pagamento decidido em reunião ou assembléia; II – ocorrendo fato dessa natureza, será convocada reunião ou assembléia específica, nos termos do parágrafo 3º desta cláusula, comunicando-se ao sócio nessa condição, concedendo-lhe prazo para que possa defender-se adequadamente até a realização da reunião ou assembléia; III – deliberando a reunião ou assembléia pela exclusão, os haveres do sócio que for excluído, serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, corrigidas pelo índice de variação aplicado às cadernetas de poupança, com base em um balanço especial levantado para este fim, na data da exclusão.

**Parágrafo Sexto:** A reunião ou assembléia tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que seja objeto delas.

## CLÁUSULA XII - IMPEDIMENTO

Os Sócios e Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

(art. 1.011, § 1º, CC/2002)

## CLÁUSULA XIII - EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses e terminará em 31 de dezembro de cada ano calendário, quando obrigatoriamente, será levantado o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e, demais demonstrações que se fizerem necessárias, que serão apreciadas em reunião ou assembleia de sócios, conforme estabelecido no Parágrafo Único da Clausula Sétima.

(art. 1.065 CC/2002)



## CLÁUSULA XIV - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E/OU PREJUÍZOS

Os lucros, após serem feitas as provisões legais e tecnicamente recomendados, terão o destino que os cotistas indicarem.

**Parágrafo Primeiro:** Havendo distribuição de lucros sob qualquer forma ou absorção de prejuízos, serão na proporção de cada cotista no capital social.

**Parágrafo Segundo:** Por deliberação dos sócios a distribuição dos lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

**Parágrafo Terceiro:** A distribuição dos lucros poderá *não obedecer* a participação do sócio desde que aprovada pelos sócios cotistas.

## CLÁUSULA XV - CONTINUIDADE

Em caso de falecimento ou interdição de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida.

**Parágrafo Primeiro:** Em caso de falecimento de um dos sócios, será ativado o seguro sucessão nº 93.002982.1937.0001 e Apólice 93.02982, que servirá como pagamento do valor das quotas do sócio.

**Parágrafo Segundo:** O montante a ser pago ao “*de cujus*” e seu espólio será o equivalente a 1/12 (um doze avos) do faturamento dos doze meses que antecederem o evento.

**Parágrafo Terceiro:** O valor remanescente do parágrafo segundo que não for coberto pelo seguro sucessão será pago pela Empresa pelo período de até 12 meses corrigido monetariamente pelo índice aplicado à caderneta de poupança.

(art. 1.028 E ART. 1.031, CC/2002)

## CLÁUSULA XVI - QUOTAS

As quotas da Sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento da Sociedade e dos demais sócios; desta forma, o cotista que desejar alienar suas quotas, deverá primeiramente oferecê-las aos demais cotistas, por oferta de boa fé, contendo preço, termos e condições de pagamento, para que no prazo de 90 (noventa) dias exercitem o direito de preferência à aquisição, os quais em igualdade de condições terão direito de preferência para adquiri-las, na proporção das quotas de capital que possuírem.

(art. 1.056, art. 1.057 CC/2002)

**Parágrafo Primeiro:** Não exercitando o direito nesse prazo, ficará o cotista ofertante liberado para alienar a terceiros as quotas oferecidas, dentro de trinta dias subsequentes, nunca, porém por preço inferior ou a condições mais vantajosas que as da oferta.

**Parágrafo Segundo:** O curador ou representante do sócio incapaz não poderá alienar as quotas da sociedade para terceiros, restando oportunamente convencionado que caso queira exercer o direito de alienar as quotas, somente poderá fazê-lo para a Empresa, que pagará o montante previsto no parágrafo segundo da cláusula décima terceira em até 120 meses corrigido pela caderneta de poupança.

**Parágrafo Terceiro:** Em caso de exercício de direito de preferência dos sócios, o valor da cota será correspondente a Apuração de Haveres realizado no Balanço Patrimonial específico (Balanço de Determinação), Conforme artigo 606 CPC/2015.



## **CLÁUSULA XVII - OMISSÕES OU DÚVIDAS**

A Sociedade rege-se por este contrato e pela Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002 e nas omissões ou dúvidas, como regência supletiva, pela Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976, alterada pela Lei 11.638 de 28/12/2007 e demais disposições legais pertinentes.

## **CLÁUSULA XVIII - ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO**

Ocorrendo mudanças na legislação vigente que venham de qualquer forma, seja definitiva ou temporária, impedir ou interferir no objeto da sociedade, obrigam-se os sócios, a promoverem as alterações estatutárias necessárias com a brevidade possível e em sintonia com a vigência dos textos legais.

## **CLÁUSULA XVIII - FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Muriaé, Estado de Minas Gerais, com renúncia de qualquer outro, para dirimir as dúvidas que possam surgir em decorrência do presente Contrato Social.

Muriaé, 22 de Março de 2023.

---

**FERNANDA FREITAS CANEDO**

---

**ANTONIO FRANCISCO NETO**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10281874 em 14/04/2023 da Empresa NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, Nire 31213625771 e protocolo 231984146 - 13/04/2023. Autenticação: 4BF451BABA89AAB4909187A452B7ED302CFB63. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/198.414-6 e o código de segurança HYEU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/198.414-6	MGN2348791069	12/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
331.189.226-72	ANTONIO FRANCISCO NETO
043.026.287-66	FERNANDA FREITAS CANEDO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, de NIRE 3121362577-1 e protocolado sob o número 23/198.414-6 em 13/04/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 10281874, em 14/04/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Maria da Piedade Sousa.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
043.026.287-66	FERNANDA FREITAS CANEDO

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
331.189.226-72	ANTONIO FRANCISCO NETO
043.026.287-66	FERNANDA FREITAS CANEDO

Belo Horizonte, sexta-feira, 14 de abril de 2023



Documento assinado eletronicamente por Maria da Piedade Sousa, Servidor(a) Público(a), em 14/04/2023, às 14:04 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 23/198.414-6.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. sexta-feira, 14 de abril de 2023



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10281874 em 14/04/2023 da Empresa NEW NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, Nire 31213625771 e protocolo 231984146 - 13/04/2023. Autenticação: 4BF451BABA89AAB4909187A452B7ED302CFB63. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/198.414-6 e o código de segurança HYEU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/04/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 11/11